20ª Conferência sobre Mudança Climática

BASES PARA NOVO ACORDO

A 20ª Conferência das Partes sobre Mudança Climática (COP-20) foi finalizada na madrugada de 14 de dezembro último. O plenário aprovou o chamado "rascunho zero" de propostas consideradas cruciais para a discussão do novo acerto para a questão do clima, na COP-21, a ser realizada durante novembro deste ano, em Paris. "Chamamento de Lima para a Ação sobre o Clima" foi o título dado ao documento final, tendo conseguido obter consenso entre as 195 delegações presentes no evento.

Os países representantes tinham a perfeita visão do grande risco de fracasso da COP de Paris sem a definição do documento de Lima. O texto traça as bases para as nações apresentarem, no decorrer do primeiro semestre deste ano, seus compromissos de redução de emissões e de adaptação à mudança climática. É, na verdade, o alicerce fundamental que servirá de ponto de partida para o estabelecimento a cada signatário das suas obrigações adicionais.

Um acordo multilateral na COP de Paris dará ao mundo a possibilidade de alcançar o começo do próximo século com o incremento de até 2ºC em sua temperatura média. Caso contrário, de acordo com os estudos do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), os termômetros ficarão mais elevados.

Nos embates, os membros do G77 (grupo dos países em desenvolvimento e dos mais pobres) e os emergentes do BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China) fincaram postos em prol a dois princípios sensíveis:

• A ênfase no documento estabelecido na COP-17, em Durban, na África do Sul, com base na "responsabilidade comum, mas diferenciada". O texto prevê que os países desenvolvidos terão de assumir obrigações adicionais mais ambiciosas de redução de emissões de gases, compatíveis com o fato de os estarem despejando na atmosfera desde meados do século XVIII. Os países emergentes – mesmo os grandes emissores China e Índia – e os países em desenvolvimento e pobres teriam uma carga menor.

• A necessidade de os compromissos dos países mais ricos aportarem também os meios de financiamento, de capacitação e de transferência de tecnologia para os mais pobres cumprirem suas metas. Essa premissa consta da Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (ECO-92), no Rio de Janeiro, quando foi adotada a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática. A questão não fica resumida somente às reduções de emissões de gases do efeito estufa (mitigação).

Outra inserção especial no documento de Lima diz respeito ao comprometimento dos países registrarem informações precisas sobre seus compromissos iniciais, a serem executados ao longo do primeiro semestre deste ano. A definição do ano-base para a comparação das exigências ligadas à redução de emissões será fundamental para dar um parâmetro mais referencial de seus efeitos sobre a contenção do aquecimento global.

As economias emergentes e em desenvolvimento ainda lograram inserir de maneira mais taxativa a necessidade das nações tomarem providências no período de 2016 e 2019, para acelerar a adoção do acordo de Paris a partir de 2020.

Uma vez com o documento de Lima aprovado, começam as articulações para desobstruir os caminhos a fim de viabilizar o acordo climático da COP-21, de Paris. Agendadas, as rodadas de negociações iniciam já em fevereiro, em Genebra, e junho, em Bonn. Primeiramente, os países desenvolvidos apresentarão seus compromissos climáticos até março; os outros, até junho. Como todos os compromissos devem estar definidos até novembro, retardamentos são riscos para calcular as propostas contra um aquecimento global superior a 2ºC. ■

Manifestações sobre o evento

"Vamos fazer de Paris um grande sucesso".
Manuel Pulgar Vidal, presidente da COP-20 e ministro do Meio Ambiente do Peru

"O sucesso de Paris está mais perto, e o fantasma de Copenhague, mais longe".
Laurent Fabius, presidente da COP-21 e ministro de Relações Exteriores da França, em referência à tentativa para chegar a um acordo climático na COP de 2009

"Não fomos tão longe na decisão, mas aceitamos o compromisso proposto e continuaremos por um acordo robusto e ambicioso com base na Convenção do Clima".
José Antônio Marcondes Carvalho, negociador-chefe do Brasil na COP-20

"Em Lima, foi fechado o acordo antes do acordo definitivo".
Michael Jacobs, conselheiro sênior do New Climate Economy e professor da London School of Economics